



**ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA FAZENDA  
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

**RESOLUÇÃO Nº 247/2002**

**2ª CÂMARA DE JULGAMENTO**

**SESSÃO DE: 24/05/2002**

**PROCESSO Nº 1/2808/01 AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2/200106562**

**RECORRENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.**

**RECORRIDO: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA.**

**CONS. RELATOR: JOSÉ MIRTÔNIO COLARES DE MELO**

**EMENTA: ICMS – TRANSPORTE DE MERCADORIA EM SITUAÇÃO FISCAL IRREGULAR – MERCADORIA DESACOMPANHADA DE DOCUMENTAÇÃO FISCAL. Auto de infração julgado Procedente. Infringência aos arts. 131, III; 829 e 874, todos do Decreto nº 24.569/97, Parecer nº 34/99 da douta Procuradoria Geral do Estado e Norma de Execução nº 07/99 da SEFAZ/CE. Penalidade prevista pelo art. 878, III, “a” do Decreto nº 24.569/97. Recurso voluntário conhecido e desprovido. Decisão unânime e de acordo com o parecer da douta Procuradoria Geral do Estado.**

**RELATÓRIO:**

A peça inicial do presente processo traz no seu relato a seguinte acusação:

“Durante ação fiscal desenvolvida no Centro Operacional da ECT em Fortaleza, constatamos a presença de 40 camisas de malha, 09 um. Regatas e 19 um. Bermudas da marca Public Boy no valor de R\$ 1.028,00 desacompanhadas da documentação fiscal. Desta forma, conforme Parecer 34/99 da PGE e Norma de Execução da SEFAZ 07/99, lavramos o presente auto.”

Após indicar os dispositivos legais infringidos, o autuante sugeriu a penalidade prevista pelo art. 878, III, "a" do Decreto 24.569/97.

Foram acostados aos autos os documentos de fls. 03/04.

Tempestivamente, a atuada apresentou defesa – fls. 05 a 13.

Em primeira instância o julgador acatou totalmente a feito fiscal e julgou procedente o auto de infração.

Em tempo hábil, a atuada apresentou recurso voluntário – fls. 29/35.

A Consultoria Tributária emitiu o parecer de nº 303/2002, através do qual sugeriu a confirmação da decisão singular.

A douta Procuradoria Geral do Estado adotou o parecer supracitado.

É o relatório.

**VOTO:**

Trata o presente processo, lavrado contra a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, da acusação de transporte de mercadorias em situação fiscal irregular.

Em primeira instância o processo foi julgado Procedente.

A autuada contestou a decisão singular, alegando basicamente que encontra-se fora do campo de incidência do ICMS, e que não pode ser taxada de contribuinte. Alega também que “não é transportador e nem de transportes são os serviços que presta, consistindo a movimentação diuturna de carga postal exclusivamente o meio pelo qual seus fins são alcançados: a entrega de objetos de correspondência a seus destinatários”.

Entretanto, em consulta do Sr. Secretário da Fazenda do Estado, acerca da possibilidade de serem desenvolvidas ações fiscais sobre o transporte de bens realizado pelos correios, assim se manifestou a douta Procuradoria Geral do Estado, através do Parecer 34/99, de 12/07/99, em sua ementa:

**“EMENTA – Campo de incidência do ICMS. Qualquer serviço realizado pelos Correios, estando inserido no campo da incidência do ICMS, fica sujeito a incidência do imposto estadual. À qualidade de *longa manus* da empresa pública não se lhe estende a imunidade recíproca indicada no art. 150, VI, “a” e §§ 2º e 3º da Constituição Federal, ressalvado o serviço postal *strictu sensu*. O serviço de transporte de mercadoria ou bens é situação necessária o suficiente para validar a ação fiscal sobre essas prestações. Tanto a condição de contribuinte quanto a qualidade de responsável tributário decorre de lei e da ocorrência do fato gerador da respectiva obrigação.”**

Assim, ao efetuar serviço de transporte de mercadorias, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos sujeita-se às regras impostas pela legislação do ICMS, e, tendo as mercadorias, objeto da autuação, sido encontradas em situação fiscal irregular, conforme o art. 829 do Decreto nº 24.569/97, é a autuada responsável pelo pagamento do imposto devido.

Concluimos, portanto, correta a decisão singular, devendo a autuada ser penalizada com o art. 878, III, “a” do Decreto nº 24.569/97.

Pelo exposto, voto para que se conheça do recurso voluntário, negando-lhe provimento para confirmar a decisão condenatória proferida pela primeira instância, de acordo com o parecer da douta Procuradoria Geral do Estado.

É o voto.

**DECISÃO:**

**Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que é recorrente EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS e recorrido CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA,**

**Resolvem os membros da 2ª Câmara, por unanimidade de votos, conhecer do recurso voluntário, negar-lhe provimento para confirmar a decisão CONDENATÓRIA proferida em 1ª Instância, de acordo com o parecer da douta Procuradoria Geral do Estado. Ausente o conselheiro Benoni Vieira da Silva.**

**SALA DAS SESSÕES DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 13 de junho de 2.002.**

Nabor Barbosa Meira  
PRESIDENTE

  
José Mirtonio Colares de Melo  
CONSELHEIRO RELATOR

  
Benoni Vieira da Silva  
CONSELHEIRO

  
Eliane Resplande Figueiredo de Sá  
CONSELHEIRA

  
Adriano Jorge Pequeno Vasconcelos  
CONSELHEIRO

  
José Sidney Valente Lima  
CONSELHEIRO

Antonio Luiz do Nascimento Neto  
CONSELHEIRO

  
Eliane Maria de Souza Matias  
CONSELHEIRA

  
Affonso Taboza Pereira  
CONSELHEIRO

Ubiratan Ferreira de Andrade  
PROCURADOR DO ESTADO